

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

The 30th anniversary of the encyclical letter *Ut unum sint* and the call for necessary reform in the papacy

Tiago Cosmo da Silva Dias¹

Resumo

O papa João Paulo II (1978-2005) escreveu, em 1995, a carta encíclica *Ut unum sint* visando celebrar os 30 anos da promulgação do decreto *Unitatis redintegratio*, do Concílio Vaticano II (1962-1965), que operou uma reviravolta na compreensão da Igreja acerca do ecumenismo. Na prática, a encíclica não contém novidade alguma, inclusive do ponto de vista doutrinal. Porém, acabou por ganhar uma relevância pelo fato de, abertamente, Wojtyła solicitar auxílio aos bispos e teólogos para pensar uma maneira de reformar o ministério petrino, de modo que o papa realiza proficuamente a sua missão de pastor da Igreja universal. O pedido permanece atual, visto que, concretamente, o *modus operandi* do ministério petrino segue o mesmo de sua época e, portanto, deve se revisitado para, quiçá, encontrar reflexão e aplicabilidade na Igreja hoje.

Palavras-chave

Encíclica *Ut unum sint*. Papa João Paulo II. Reforma do papado.

Abstract

In 1995, pope John Paul II (1978-2005) wrote the encyclical letter *Ut unum sint* to celebrate the 30th anniversary of the promulgation of the decree *Unitatis redintegratio* of the Second Vatican Council (1962-1965), which revolutionized the Church's understanding of ecumenism. In practice, the encyclical contains nothing new, including from a doctrinal standpoint. However, it gained relevance due to the fact that Wojtyła openly requested help from bishops and theologians in devising a way to reform the petrine ministry so that the pope could effectively carry out his mission as pastor of the universal Church. This request remains relevant, since, concretely, the *modus operandi* of the petrine ministry remains the same as in his time and, therefore, should be revisited to perhaps find reflection and applicability in the Church today.

Keywords

Encyclical *Ut unum sint*. Pope John Paul II. Reform of the papacy.

INTRODUÇÃO

Karol Wojtyła nasceu no dia 18 de maio de 1920, em Wadowice, um pequeno centro distante de Cracóvia. O pai era oficial do exército; a mãe, uma mulher muito religiosa, mas de saúde frágil, que faleceu quando Karol tinha apenas 9 anos. Em 1941, ainda jovem, o futuro papa também perdeu o pai. Em 1939, assistiu a Polônia ser agredida e subjugada pelos nazistas e exército vermelhos (soviéticos). A experiência polonesa, sob o domínio marxista, teve um papel importante na sua orientação cultural, inclusive na postura antimarxista e antioletivista do futuro

¹ Doutor e mestre em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). Bacharel em Teologia e em Filosofia pela Faculdade Paulo VI. Professor da Faculdade Dehoniana e da Faculdade Paulo VI. Contato: tiago.cosmo@dehoniana.online.

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

pontífice. Em 1946, recebeu a ordenação sacerdotal. Em 1950, foi-lhe pedido para fazer o doutorado em Filosofia, o que aceitou de bom grado. Conseguida a licença para o ensino, em 1953 passou a lecionar na Universidade Católica de Lublin, função que exerceu até 1958, quando foi eleito bispo auxiliar de Cracóvia, da qual, em 1964, tornou-se o arcebispo e, em 1967, elevado a cardeal pelo amigo, o papa Paulo VI (1963-1978), tendo sido eleito papa na quarta votação do conclave, no dia 16 de outubro de 1978. Era o primeiro papa não italiano dos últimos 455 anos (até 1978).

Ao assumir o ministério petrino, na homilia da missa do início de seu pontificado, João Paulo II fez memória do fato de que seu antecessor imediato recusou ser coroado, e quis manter a tradição iniciada.

O papa João Paulo I, cuja memória ainda está tão viva nos nossos corações, houve por bem não querer o trirregno; e hoje igualmente o declina o seu sucessor. Efetivamente, não é tempo em que vivemos tempo para se retornar a um rito e àquilo que, talvez injustamente, foi considerado como símbolo do poder temporal dos papas. O nosso tempo convida-nos, impele-nos e obriga-nos a olhar para o Senhor e a imergir-nos numa humilde e devota meditação do mistério supremo do mesmo Cristo (João Paulo II, 1978).

Na carta encíclica *Redemptor hominis*, de 4 de março de 1979, João Paulo II escreveu:

Escolhi os mesmos nomes que havia escolhido o meu amadíssimo predecessor João Paulo I. [...] E ao escolhê-los assim, em seguida ao exemplo do meu venerável predecessor, desejei como ele também eu exprimir o meu amor pela singular herança deixada à Igreja pelos sumos pontífices João XXIII e Paulo VI; e, ao mesmo tempo, manifestar a minha disponibilidade pessoal para a desenvolver com a ajuda de Deus. [...] João XXIII e Paulo VI constituem uma etapa, à qual desejo referir-me diretamente, como a um limiar do qual é minha intenção, de algum modo juntamente com João Paulo I, prosseguir no sentido do futuro, deixando-me guiar por confiança ilimitada e pela obediência ao Espírito, que Cristo prometeu e enviou à sua Igreja (João Paulo II, 1979).

De fato, Wojtyła participou ativamente do Concílio Vaticano II, dando uma preciosa colaboração para a elaboração da constituição pastoral *Gaudium et spes* e do decreto sobre a liberdade religiosa, *Dignitatis humanae*.

Todavia, o momento histórico no qual o pontificado de João Paulo II se enquadrou foi delicado. Na Igreja, emergiram fortes contrastes entre conservadores e progressistas: o primeiro grupo encontrou representação no bispo Lefebvre (1905-1991), que foi estimulado à criação de uma Igreja cismática; o segundo era conduzido por teólogos que, de certa forma, sentiam-se livres para expor seus diferentes pontos de vista. Nesse aspecto, seu pontificado se dedicou ao refreamento e até à repressão de interpretações e práticas consideradas progressistas do Concílio (McBrien, 2013, p. 390). Talvez por traumas em relação a Polônia comunista, João Paulo II estabeleceu o estilo mais monárquico do papado, com toda a autoridade centralizada no Vaticano. Em linhas gerais, o que se assistiu foi uma tendência de enquadrar o episcopado e as igrejas locais, retirando-lhes a autonomia.

Nesse sentido, os anos de pontificado de João Paulo II foram marcados, inclusive, por perseguições duras a teólogos que propusessem um caminho diferente do europeu para interpretação e leitura dos fatos e do Evangelho. Rodou o mundo, por exemplo, a cena na qual João Paulo II repreendeu publicamente o padre Ernesto Cardenal, em 1983, na visita a Nicarágua, apontando-lhe o dedo no rosto.

Apesar de tudo, não se pode negar que, para o caminho ecumênico, o papa polonês deu saltos extraordinários. Aqui a proposta é deter-se sobre um dos documentos, nesse sentido, visando a resgatar suas principais ideias e, acima de tudo, atualizando o pedido feito por João Paulo II, de uma revisão no ministério petrino.

1 OS 30 ANOS DA CARTA ENCÍCLICA *UT UNUM SINT*

A carta encíclica *Ut unum sint* foi publicada pelo papa João Paulo II no dia 25 de maio de 1995, celebrando os 30 anos da promulgação do decreto *Unitatis redintegratio*, do Concílio Vaticano II. É importante lembrar que esse documento representou um verdadeiro giro copernicano no que diz respeito à causa ecumênica, porque até então a Igreja Católica Apostólica Romana não só não participava de iniciativa alguma que contivesse esse espírito, como também proibía os fiéis de fazê-lo. Na encíclica *Mortalium animos*, por exemplo, do papa Pio XI (1922-1939), os ecumenistas foram chamados de *panchristiani* (MA 5), e afirmou-se que “a Santa Sé não pode, de modo algum, participar de suas assembleias e que, aos católicos, de nenhum modo é lícito aprovar ou contribuir para estas iniciativas: se o fizerem concederão autoridade a uma falsa religião cristã, sobremaneira alheia à única Igreja de Cristo” (MA 10). Mesmo a então Congregação do Santo Ofício, no dia 8 de julho de 1928, à consulta se “era permitido aos católicos assistirem, ou interessarem-se por reuniões, agrupamentos, conferências, ou sociedades de não católicos, que tenham por objetivo reunir sob um só pacto religioso todos aqueles que de alguma forma reivindicam o nome de cristãos”, respondeu *non licet* (DH 2199).

Nesse sentido, o decreto *Unitatis redintegratio* foi, verdadeiramente, uma imensa reviravolta na vida da Igreja no que tange à temática do ecumenismo, especialmente porque empreendeu uma compreensão positiva da causa e reconheceu a divisão como escândalo para o mundo, pedindo perdão a quem houvesse ofendido no decorrer da história (UR 1-3). Desse modo, diferentemente da compreensão que havia até então, o concílio entendeu como *movimento ecumênico* quaisquer atividades ou iniciativas que favorecessem a unidade dos cristãos, estabelecendo, porém, dois parâmetros.

1) Essas atividades e/ou iniciativas *são suscitadas e ordenadas*, ou seja, a Igreja não é o agente principal do ecumenismo. A unidade é, acima de tudo, *dom de Deus*, razão pela qual quem provoca ou impulsiona para esse movimento é o Espírito; Ele é quem suscita na Igreja o movimento nessa direção, ao mesmo tempo em que organiza essas atividades. Na prática, o decreto deixou claro que, de antemão, é impossível realizar qualquer trabalho ecumênico se, antes, não se compreende que o sujeito dele é o próprio Deus, e não a Igreja.

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

2) Essas atividades são assim realizadas “de acordo as várias necessidades da Igreja e oportunidades dos tempos”, o que flexibiliza a causa, no sentido de compreender que, para cada época, o empenho na causa ecumênica poderá ser mudado, porque a própria sociedade, às vezes, parece querer encaminhar-se para uma determinada direção. A Igreja, embora não seja do mundo, está nele, razão pela qual também caminha com ele, já que as alegrias e as esperanças, as tristezas e as angústias dos homens de hoje são também as dos discípulos de Cristo (GS 1).

Por isso, na prática, o decreto sobre o ecumenismo é, para a história ecumênica, uma espécie de recorte na Igreja católica, ainda que não se deva esperar, de uma leitura analítica do documento papal, novidades ou aprofundamentos da compreensão da doutrina conciliar. Na prática, o papa polônês pretendia repropor o que queria o Vaticano II, sobretudo pela proximidade do ano 2000, comemoração da encarnação do Filho de Deus (UUS 1). A ocasião, portanto, era mais do que significativa, sobretudo quando se recorda que a unidade é, em primeiro lugar, desejo do próprio Jesus, colocada inclusive como condição para a fé: “que eles sejam um *para que* o mundo creia que tu me enviaste” (Jo 17,21). Sem sombra de dúvidas, o fato de o lema do ecumenismo se situar em um contexto bíblico no qual Jesus ora, revela, minimamente, duas coisas: 1) que a unidade é realmente *dom* do Pai, confiado à Igreja pela ação do Espírito; 2) partindo da própria construção do texto, o pedido de Jesus indica que, quanto mais unidos estiverem os cristãos, mais atrativa será a proposta do Evangelho à humanidade, porque a comunhão é, concretamente, atrativa. No cenário atual, sobretudo, de tanta divisão e polarização, um cenário em que se vive a unidade plural é, sem dúvidas, impulsionador para todas e todos.

Além de fatores teológico-dogmáticos, inclusive já fiel ao que pediu o decreto *Unitatis redintegratio*, o papa João Paulo II escreveu que, enquanto sinal do tempo, o que lhe moveu a escrever o documento foi o *testemunho dos mártires*.

Estes nossos irmãos, irmanados na generosa oferta de suas vidas pelo Reino de Deus, são a prova mais significativa de que todo elemento de divisão pode ser vencido e superado com o dom total de si próprio à causa do Evangelho. Se querem verdadeira e eficazmente fazer frente à tendência do mundo a tornar vão o mistério da redenção, os cristãos devem professar juntos a mesma verdade sobre a cruz. A corrente anticristã propõe-se a dissipar o seu valor, esvaziá-lo do seu significado (UUS 1).

O martírio é, em última análise, o ápice do testemunho cristão. É voltar os olhos para tantas e tantos que, no decorrer da história do cristianismo, optaram por entregar a vida em vez de negar a fé que, em algum momento, haviam abraçado. Essa realidade, sempre semente para novos cristãos, atinge não apenas a Igreja católica e, portanto, congrega de fato os discípulos de Cristo. Nesse espírito, poucos anos depois da redação da encíclica, em 2001, João Paulo II inseriu no martirologio romano alguns santos das igrejas ortodoxas e ortodoxas orientais que viveram após o cisma de 1054, como os santos eslavos Teodósio e Antônio de Pecherska (século XI), Estevão de Perm’ e Sérgio Radonezh (século XVI). Também em 2015, o papa Francisco (2013-2025) proclamou Doutor da Igreja o santo armênio Gregório de Narek, que vivera no século X.

Em maio de 2023, outros 21 mártires coptas da Líbia foram inseridos no martirologio romano. Em 2021, o papa argentino havia se referido a esses irmãos como *santos para todos os cristãos*. Na prática, portanto, dar a vida pelo Evangelho atinge não as igrejas, mas os cristãos.

Na prática, porém, se com a encíclica o papa polonês pretendia uma reproposta, isso significa que é a *Ut unum sint* é um documento de índole essencialmente pastoral, como um contributo ou apoio para os esforços de todos os que trabalham pela causa da unidade (UUS 3). Logo, os princípios para o ecumenismo permaneciam no decreto *Unitatis redintegratio*; João Paulo II sentiu-se impelido a falar sobre a causa ecumênica porque entendia que era sua tarefa como bispo de Roma, ainda que esclareça, já no início, que a rocha firme e perene sobre a qual a Igreja se funda é Jesus Cristo, seu Senhor (UUS 4).

Para isso, porém, na perspectiva de Wojtyla, era preciso: superar o peso das incompreensões herdadas do passado, e os equívocos e preconceitos de uns para com os outros; superar a inércia, a indiferença e um conhecimento recíproco insuficiente; o empenho ecumênico deve funda-se na conversão dos corações e na oração, induzindo à necessária purificação da memória histórica; reconsiderar juntos o doloroso passado e as feridas que, continuamente, ainda provoca (UUS 2).

Segundo João Paulo II, a unidade é dada por Jesus à Igreja; logo, não é um elemento acessório, mas está no centro de sua obra. Por isso, “Deus quer a Igreja, porque Ele quer a unidade, e na unidade exprime-se toda a profundidade da sua ágape” (UUS 9). A meta, no fundo, é chegar o momento de reconhecer que os fiéis são um porque, no Espírito, estão em comunhão com o Filho e, n’Ele, com o pai. Logo, *ut unum sint*: existe um significado profundo na oração de Jesus. Na prática, portanto, “acreditar em Cristo significa querer a unidade; querer a unidade significa querer a Igreja; querer a Igreja significa querer a comunhão de graça que corresponde ao desígnio do pai deste toda a eternidade” (UUS 9).

Nesse sentido, o movimento a favor da unidade não é uma espécie de *apêndice* que vem se juntar às demais tarefas eclesiais; antes, ele pertence organicamente à sua vida e ação, devendo permeá-la no seu todo e ser como que o fruto de uma árvore sadia e viçosa até alcançar o seu pleno desenvolvimento (UUS 20).

Um detalhe a se mencionar é o fato de que, na compreensão do concílio, para que esse conjunto de iniciativas pudesse paulatinamente cumprir o seu objetivo, era preciso seguir, minimamente, quatro passos: a) eliminar palavras e juízos que não correspondessem com a verdade, com relação aos irmãos separados; b) o diálogo entre peritos, de ambas as confissões, de modo que ambos conhecessem melhor a doutrina do outro e pudesse, daí, emanar um diálogo efetivamente mais profícuo; c) colaboração no campo da ação social, uma vez que numerosos apelos da sociedade hoje são, na prática, de grande parte dos seres humanos e não apenas dos cristãos; d) onde fosse possível, que os cristãos de diferentes igrejas e comunidades eclesiais se reunissem em oração unânime. Essa ordem, por assim dizer, ainda que não quisesse estabelecer uma lista de prioridades, na prática queria dizer algo: não há, por exemplo, oração comum em

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

canto algum que dê fruto se não há disponibilidade de coração para o diálogo se os preconceitos historicamente enraizados não forem gradativamente sendo superados.

Para João Paulo II, porém, em primeiro lugar, deveria vir a *oração comum*, pois: por meio dela crescerá a consciência de que é menor o que os divide, em relação ao que os une (UUS 22); ela induz a ver com olhos novos a Igreja e o cristianismo. Unem-se em Cristo, confiando-lhe o futuro da unidade e da comunhão (UUS 23, 26); a oração ecumênica está a serviço da missão cristã e da sua credibilidade – é como se voltássemos à quinta-feira santa (UUS 23); ela permite voltar à verdade evangélica, de que o pai é um só (UUS 26).

É, no mínimo, curiosa essa inversão que João Paulo II faz. Na verdade, o papa polonês sempre tendeu a crer mais na ação da graça. É claro que jamais se poderá comparar qualquer esforço humano com o auxílio que Deus dá às mulheres e aos homens, sob pena de se cair numa espécie de pelagianismo. No entanto, a questão é que, para alguns, a *atitude orante* basta por si mesma, justificando uma possível inércia: *nossa parte é apenas rezar; o restante, Deus realiza*. Não é por aí. Não foi à toa que o decreto *Unitatis redintegratio* deixou por último a oração comum. O concílio entendeu que era preciso, primeiro, superar os preconceitos pré-enraizados. Wojtyła já cria que, por si só, a *oração comum* já seria um sinal ou um testemunho. São visões distintas.

Todavia, a questão é que o papa polonês acreditava nessa perspectiva porque já havia recolhido frutos nesse caminho: no dia 6 de dezembro de 1987, em um encontro, em Roma, com o patriarca Dimitrios, João Paulo II professou o símbolo niceno-constantinopolitano na sua forma original ao mesmo tempo em que o patriarca, em grego (omitindo, portanto, o *Filioque*, causa importante de divergência entre católicos e ortodoxos).

No entanto, nem só de oração vive o ser humano. Ainda segundo João Paulo II, aparece também como fundamental o diálogo. O papa afirma que o ser humano não pode se encontrar senão no sincero dom de si mesmo (GS 48). O diálogo, então, é passagem obrigatória do caminho a percorrer para a autorrealização humana, tanto do indivíduo como da sociedade humana (UUS 28). Por isso, é preciso passar da posição de antagonismo, na qual um e outro se reconheçam como partes, para o momento em que cada uma das partes pressuponha a vontade de reconciliação do seu interlocutor, de unidade na verdade (UUS 29). Nesse sentido, a unidade dos cristãos é possível com a condição de estarmos humildemente conscientes de termos pecado contra a unidade e, portanto, necessitados de conversão (UUS 34).

2 O CHAMADO À REFORMA NO MINISTÉRIO PETRINO

Desde o início de seu pontificado, o papa João Paulo II teve uma atenção particular pelo *Grande Jubileu* do ano 2000 e, nele, pela questão ecumênica. Grande parte do reaquecimento do debate em torno do primado petrino nos últimos anos pode ser creditado ao reconhecimento que o papa polonês realizou: na prática, ele se mostrava bastante consciente das dificuldades causadas pelo exercício do primado e, para algumas igrejas, do próprio primado em si.

Ainda na introdução da carta encíclica *Ut unum sint*, João Paulo II escreveu:

Eu mesmo tenciono *promover todo e qualquer passo útil* a fim de que o testemunho da comunidade católica inteira possa ser compreendido em toda a sua pureza e coerência, sobretudo na perspectiva daquele encontro que espera a Igreja no limiar do novo milênio, hora excepcional em vista da qual ela pede ao Senhor que a unidade entre todos os cristãos cresça até chegar à plena comunhão. [...] Este é um precioso compromisso do bispo de Roma enquanto sucessor do apóstolo Pedro. [...] De fato, quando o próprio Cristo confiou a Pedro esta missão especial na Igreja e lhe recomendou de confirmar os irmãos, deu-lhe ao mesmo tempo a conhecer a sua debilidade humana e uma particular necessidade de conversão: “e tu, uma vez convertido, fortalece os teus irmãos” (Lc 22,32). [...] Na nossa época ecumênica, caracterizada pelo Concílio Vaticano II, a missão do bispo de Roma visa particularmente lembrar a exigência da plena comunhão dos discípulos de Cristo. O bispo de Roma há de ser o primeiro a fazer sua, com fervor, a prece de Cristo pela conversão que é indispensável a “Pedro” para poder servir os irmãos (UUS 4, grifo do autor).

Essas palavras, de índole introdutória, prepararam o cenário para o que é, talvez, a parte mais significativa de toda a carta encíclica, quando, nos parágrafos de 88 a 96, João Paulo II tratou especificamente do tema do ministério da unidade do bispo de Roma. O ponto de partida foi extraordinário: ele reconhecia que, entre todas as igrejas e comunidades eclesiais, a Igreja católica estava consciente de ter conservado o ministério do sucessor de Pedro, o bispo de Roma, constituído, como afirma a constituição dogmática *Lumen gentium*, como “perpétuo e visível fundamento da unidade” (LG 23). Aqui, no fundo, repousa o maior problema: *ad intra*, é inegável que para os católicos o papa é a referência de unidade eclesial; *ad extra*, no entanto, o próprio João Paulo II escreveu que *só* a Igreja católica tinha consciência de ter preservado esse ministério, o que significa que as demais igrejas e comunidades separadas *não* o reconhecem enquanto tal. Aqui, contudo, vale retomar uma distinção importante, do próprio Vaticano II, para explicar como se dá a leitura do ministério do bispo de Roma. 1) O concílio entendeu como *Igreja* apenas as comunidades nas quais se preserva, de forma íntegra, a substância eucarística e a sucessão apostólica, razão pela qual o termo refere-se, exclusivamente, as igrejas ortodoxas. As igrejas ortodoxas reconhecem, sim, a importância do bispo de Roma enquanto tal. Não concebem, porém, que haja no papado uma monarquia com jurisdição sobre toda a Igreja. Em outras palavras, essas igrejas fazem a distinção entre o *primado de honra* e o de *jurisdição*, à semelhança com o que aconteceu no primeiro milênio da era cristã, com a pentarquia. 2) As comunidades separadas são, para o Vaticano II, aquelas que mantêm já uma unidade em virtude do batismo que validamente celebram e, em geral, referem-se ao conjunto das comunidades que se separaram em virtude dos acontecimentos conhecidos como Reforma protestante, no século XVI. Nesse caso, o problema é mais profundo, porque, para estes, não se reconhece o papado porque, inclusive, é justamente esse ministério um dos principais aspectos que estabeleceu a discordância com a Igreja católica. Em uma de suas teses, por exemplo, Martinho Lutero escreveu que a Igreja não precisa de chefe visível, porque Cristo é seu verdadeiro chefe.

Fato é que, concretamente, a Igreja católica ainda busca o fundamento para legitimar o ministério petrino na tradicional confissão de fé de Pedro (Mt 16,17-19). Talvez, a questão do

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

bispo de Roma não esteja tanto no *que* ele representa, mas sim *de onde* se tiram as premissas para argumentar que o papado deve ser exatamente como é hoje. Uma leitura mais histórica e menos dogmática ajuda a enxergar que há uma distinção profunda entre o *carisma petrino* e o *papado* em si. De fato, Pedro é o primeiro a professar a fé e recebeu proeminência nos evangelhos. Todavia, daí extrair toda uma teologia que configure o papado aos moldes de hoje – inclusive com a batina branca, na cabeça de alguns – é cometer um anacronismo sem igual. O que se quer dizer é que *o papado é, acima de tudo, uma construção histórica*, diferente do *carisma petrino*, que é claro nos evangelhos. Apenas para ficar em um fato que comprova essa tese, foi somente a partir do século VIII que o bispo de Roma se tornou um chefe de Estado. Até então, ele era *apenas* o papa. Depois, porém, de acordos políticos entre o papa Estevão II e o rei dos francos Pepino, o Breve, é que nasceram os estados pontifícios, que perduraram na história até 1870, quando se constituiu o Reino da Itália. O Vaticano, enquanto tal, foi constituído como Estado apenas em 1929, depois da assinatura dos *Pactos de Latrão*, durante o pontificado de Pio XI (1922-1939). A história, portanto, vai moldando o papado de acordo com as circunstâncias, o que significa que há possibilidades, sim, de o *modus operandi* ser diferente.

A grande questão, hoje, gira em torno aos dogmas promulgados no Concílio Vaticano I (1869-1870): apesar de ser uma assembleia marcada pela intransigência de Pio IX (1846-1878), é uma assembleia legítima, na historiografia eclesiástica, que na constituição dogmática *Pastor aeternus* definiu como verdade de fé o primado de jurisdição do bispo de Roma e a infalibilidade em matéria de fé e de costumes, quando fala *ex cathedra*. Se, por exemplo, para as igrejas ortodoxas a grande questão é essa jurisdição, como proceder agora se, para os católicos, esse passou a ser um *dado de fé*? É por essas e outras que, hoje, quando se pensa na figura do papa como o primeiro e principal responsável pela promoção da unidade, é preciso ampliar os horizontes: não uma unidade pensada como retorno à Igreja católica, mas sim uma comunhão plural, em que haja uma régua fundamental a partir da qual cada Igreja ou comunidade siga o próprio caminho. Se, porém, isso exigir, de algum modo, a *submissão ao papa*, o caminho ecumênico sempre se esbarra com esse muro. Sem dúvidas, foi tendo em conta este cenário que João Paulo II escreveu na *Ut unum sint*:

Quando a Igreja católica afirma que a função do bispo de Roma corresponde à vontade de Cristo, ela não separa esta função da missão confiada ao conjunto dos bispos, também eles “vicários e legados de Cristo”. O bispo de Roma pertence ao seu “colégio”, e eles são os seus irmãos no ministério. Aquilo que diz respeito à unidade de todas as comunidades cristãs entra obviamente no âmbito das preocupações do primado. Como bispo de Roma, sei bem – e confirmei-o na presente carta encíclica – que a comunhão plena e visível de todas as comunidades, nas quais em virtude da fidelidade de Deus habita o seu Espírito, é o desejo ardente de Cristo. Estou convicto de ter a este propósito uma responsabilidade particular, sobretudo quando constato a aspiração ecumênica da maior parte das comunidades cristãs, e quando ouço a solicitação que me é dirigida para encontrar uma forma de exercício do primado que, sem renunciar de modo algum ao que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova (UUS 95).

Apesar de o papa polonês ter reconhecido a necessidade dessa reforma, dois adendos são necessários: 1) o fato de ele destacar que, no fundo, a missão de promover a unidade é também dos demais bispos, não apenas dele, mesmo porque ele sabe que, sozinho, será uma força isolada; 2) permanece em aberto o que significa o “essencial da missão do bispo de Roma”, que o papa menciona. Esse miolo do ministério petrino é que precisa, finalmente, ser identificado, para não ser confundido com alguma atividade que, historicamente, configurou-se de uma determinada maneira, o que significa que, portanto, não precisará ser sempre assim. Se ainda se insistir em encontrar na Escritura esse fundamento, sem dúvida aparecerá o grande pedido de Jesus a Pedro: “tu, quando te converteres, confirma teus irmãos” (Lc 22,32).

Foi nesse contexto que a então Congregação para a Doutrina da Fé, em 1996, decidiu aprofundar a temática do primado convocando um simpósio internacional, de natureza eminentemente doutrinal, intitulado *O primado do sucessor de Pedro*, que se realizou no Vaticano. O próprio documento afirma sua finalidade: “estas ‘considerações’ – à margem do simpósio – querem somente recordar os pontos essenciais da doutrina católica sobre o primado, grande dom de Cristo à sua Igreja enquanto serviço necessário à unidade” (Congregação para a Doutrina da Fé, 1998, n. 2).

Essa discussão se tornou atual para a Igreja quando o papa Bento XVI (2013) renunciou ao ministério petrino, destacando a *humanidade* do bispo de Roma. Em sua declaração de renúncia, o papa disse que para governar a barca de Pedro e anunciar o Evangelho era necessário o vigor do corpo e do espírito, algo que sentia haver diminuído de tal modo a ponto de ter que reconhecer sua incapacidade para administrar bem o ministério (Bento XVI, 2013).

Intimamente relacionada a este fato, está a eleição do papa Francisco. Muitos teólogos, leigos e clérigos, viram em Bergoglio um *ar de mudanças* já em sua primeira aparição na sacada da Basílica de São Pedro, na noite do dia 13 de março de 2013, e por alguns pequenos detalhes: ele aparecera usando a mesma cruz peitoral que havia levado de Buenos Aires e que o acompanhara durante todo o conclave; e não chegara usando nem a tradicional mozeta e nem a estola, esta última colocada apenas na hora de dar a bênção.

As primeiras palavras do papa latino-americano mostravam, de antemão, sua simplicidade. “Irmãos e irmãs, boa noite! Vós sabeis que o dever do conclave era dar um bispo a Roma. Parece que os meus irmãos cardeais foram buscá-lo quase ao fim do mundo... Eis-me aqui. Agradeço-vos o acolhimento: a comunidade diocesana de Roma tem o seu bispo. Obrigado!” (Francisco, 2013). Já da sua primeira fala, duas realidades chamaram a atenção: primeiro, o fato dele referir-se a si como *bispo de Roma*; segundo, dele dirigir-se primeiramente à comunidade diocesana de Roma, demonstrando que ele era um bispo como os demais, à frente de uma Igreja particular.

Na exortação apostólica *Evangelii gaudium*, Francisco disse sonhar com uma opção missionária capaz de transformar tudo, para que “os costumes, os estilos, os horários, a linguagem e toda a estrutura eclesial se tornem um canal mais proporcionado à evangelização do mundo

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

atual que à autopreservação” (EG 27). O papa foi incisivo ao dizer que era preciso mudar *tudo*, razão pela qual acrescentou: “dado que sou chamado a viver aquilo que peço aos outros, devo pensar também numa conversão do papado” (EG 32). Nesse sentido, Francisco colocou-se na linha de seus predecessores, fazendo, igualmente, apelos à reforma.

Compete-me, como bispo de Roma, permanecer aberto às sugestões tendentes a um exercício do meu ministério que o torne mais fiel ao significado que Jesus Cristo pretendeu dar-lhe e às necessidades atuais da evangelização. O papa João Paulo II pediu que o ajudassem a encontrar uma “forma do exercício do primado que, sem renunciar de modo algum o que é essencial da sua missão, se abra a uma situação nova”. Pouco temos avançado nesse sentido. Também o papado e as estruturas centrais da Igreja universal precisam ouvir este apelo a uma conversão pastoral [...]. Uma centralização excessiva, em vez de ajudar, complica a vida da Igreja e sua dinâmica missionária (EG 32).

Algumas palavras merecem uma *consideração*. 1) O papa reconhece, indiretamente, que o *modus vivendi* do papado já não é de todo coerente. As palavras “que o torne mais fiel” indicam, sem dúvidas, que há uma fidelidade, mas imperfeita. E o problema, no fundo, não é apenas esse: a maneira com o que o papado estava sendo exercido também não respondia mais às “necessidades da evangelização”. 2) Francisco entende que a conversão de que tanto o papado quanto à cúria romana (=estruturas centrais da Igreja universal) devem atravessar é de ordem *pastoral*, não necessariamente *jurídica*. No fundo, o apelo para que se escute o seu pedido é, minimamente, coerente com sua própria eclesiologia, que é a do Vaticano II: povo de Deus. 3) Bergoglio não muda, com esses termos, em absolutamente nada o papado, embora deixe claro que, na sua concepção, uma centralização excessiva acaba por dificultar, e não facilitar. Nesse sentido, parece que, à sua leitura, a centralização tende a gerar uniformidade, e não unidade.

Note-se que Francisco não só realçou o apelo de João Paulo II como o atualizou: se, em 1995, o papa polonês destacava a relevância da reforma sob a perspectiva da unidade, ou seja, do ecumenismo, o pontífice argentino realçou sua importância para a *pastoral da Igreja*. Porém, uma crítica precisa ser feita: talvez, por todo o ímpeto às reformas, próprias de Francisco, esperava-se que, de alguma forma, ele pudesse realizar alguma mudança no ministério petrino de forma institucionalizada, ou seja, que estabelecesse algo que realmente ficassem *além dele*. Francisco foi papa de um jeito diferente – uma verdade com a qual mesmo os não católicos pareciam concordar. Porém, mesmo quando realizou a reforma da cúria romana, com a constituição *Praedicate Evangelium*, sequer tocou no tema da reforma do papado. É como se, na prática, a questão ganhasse fôlego com seus 12 anos de pontificado e, no entanto, não encontrasse uma concretude.

É fato, porém, que Francisco imprimiu marcas no *modus operandi* da missão do papa. À sua sombra, hoje, está Leão XIV, tentando exercer o ministério à sua maneira, mesmo porque cada um traz consigo suas experiências pastorais e, acima de tudo, personalidade. Ainda que Leão XIV não seja Francisco, o falecido papa segue à sua sombra. Talvez, por ter um pontificado profético, inclusive sem medos de gerar crises na própria instituição, os entusiastas de Bergoglio

esperam, de Leão XIV, uma certa continuidade, ainda que, na prática, Prevost já tenha dado sinais de que é preciso *comunhão*, razão pela qual acaba por ser menos incisivo que Francisco em seus pronunciamentos. O sonho da reforma, porém, segue, lembrando, porém, que:

Não se trata de reinventar a Igreja, mas de continuar a reforma a partir do governo central, descendo aos governos locais. Isso significa repensar o exercício do poder como serviço, sem arrogâncias pagãs do poder sagrado, sem as tiranias monárquicas e sem os pragmatismos dos governos modernos. [...] A Igreja peregrina na história não tem um modelo definitivo nem uma receita segura para si mesma. [...] Reforma é algo inerente à Igreja, atitude de espírito (audição e docilidade ao Espírito) que se torna ação em cada tempo e lugar; fidelidade à própria dinâmica da tradição, entendida como o que é transmitido através do tempo, e que rejeita, por isso mesmo, toda forma de conservadorismo. [...] A sintonia com a história exige discernimento e coragem por parte da Igreja, para que possa responder, no ritmo da história rápida e não da história lenta do mundo pré-moderno, àquilo que a fé tem que a fazer pelo ser humano (Passos, 2013, p. 98-99).

À época do conclave que elegeu Prevost, alguns acreditavam que o conclave demoraria mais que o normal, dada a polarização que ainda existe na Igreja. Porém, dizia-se que os cardeais pretendiam tomar a decisão de forma rápida, de modo a demonstrar o contrário: que a Igreja estava em *comunhão*. Todavia, não se vive de aparências: certas questões, em uma instituição milenar como a Igreja, precisam de força tanto física quanto espiritual. Leão XIV parece ser, como um bom agostiniano, pautado por uma regra de vida, bastante prudente, razão pela qual não se vê, como se via em Francisco, gestos marcados por mais espontaneidade. Isso, naturalmente, não é ruim. Tem a ver com o perfil de cada um, e precisa ser respeitado. Porém, como, inclusive na aparência, Leão XIV resgatou todo o decoro próprio do papa, páginas e personagens de índole mais tradicionalista procuram moldá-lo de acordo com seus próprios interesses, elogiando-o e reconhecendo sua imponência, como papa, tão somente porque, por exemplo, *canta a missa*.

Extrapolando a mera aparência, é preciso dizer que alguns gestos do papa Leão XIV chamaram a atenção. No dia 14 de setembro de 2025, em uma celebração ecumênica que evocava 1600 novos mártires e testemunhas da fé, em um momento em que os presentes professaram o símbolo niceno-constantinopolitano, dentre os quais líderes e cristãos ortodoxos, Leão XIV calou-se no momento em que se professou a processão do Espírito – para os latinos, do Pai *e do Filho* (*filioque*); para os orientais, apenas do Pai. Páginas de tendência mais tradicionalista divulgaram amplamente o fato, inclusive fazendo o recorte do vídeo, afirmando que Leão XIV teria *evitado dizer uma heresia*. Em contrapartida, por ocasião da celebração dos 1700 anos do Concílio de Niceia, em sua primeira viagem apostólica, o pontífice professou a fé tal qual foi formulada na assembleia conciliar, ao lado do patriarca de Constantinopla, Bartolomeu I.

Para contextualizar, a questão da processão do Espírito Santo, do ponto de vista dogmático, é ainda uma pedra de toque entre cristãos latinos e orientais: os primeiros inseriram a expressão *filioque* (e do Filho) em uma região circunstanciada, a Espanha, para combater o cristianismo ainda professado na versão ariana, no intuito de, ao afirmar que o Espírito procedia

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

do Pai e do Filho, explicitar que o Filho era igual ao Pai – já que o arianismo entendia que o Filho não era da mesma essência que o Pai. Rapidamente o uso se difundiu e, a partir de 1014, o papa Bento VIII (1012-1024) promulgou o símbolo com essa adição. Os orientais consideram essa atitude uma traição, uma vez que a profissão de fé definida no Concílio de Constantinopla (381) não continha essa adição, e o Concílio de Éfeso (431) havia estabelecido que o símbolo permaneceria, a partir de então, intocável, ou seja, não poderia mais ser modificado. No decorrer dos séculos, após o grande cisma entre o Ocidente e o Oriente cristão (1054), o desenvolvimento da Teologia ajudou a compreender que, de forma alguma, os latinos diminuiram ou acrescentaram algo em relação à doutrina do Espírito: ao contrário, trata-se de uma maneira diferente de compreender uma mesma verdade de fé. Porém, institucionalmente a problemática perdura, razão pela qual, em uma celebração ecumênica o papa não reza, mas em um contexto celebrativo de Niceia, sim.

Na mesma viagem apostólica, em Istambul, Leão XIV visitou a Mesquita Azul, tirando os sapatos, em sinal de respeito. A imprensa, porém, noticiou fortemente o fato de que o papa não havia rezado. De volta a Roma, após o dia de descanso em Castel Gandolfo, um jornalista interrogou-lhe a respeito de *não ter rezado, ao menos visivelmente*. O papa o interrompeu.

Mas quem disse que eu não rezei? Ou melhor, disseram que eu não rezei, mas eu já dei uma resposta no avião. Mencionei um livro; pode ser que esteja rezando também nesse momento, entendeu? Portanto, o estilo de oração, no momento e lugar... Na verdade, eu prefiro rezar em uma Igreja católica, na presença do santíssimo sacramento. Mas se falou tanto daquele momento... Parece-me um pouco, digamos, curioso. Nada mais (Vatican News, 2025).

Chamou também a atenção um vídeo no qual Leão XIV cantava o *Aleluia* junto ao coro e, em um dado momento, parou com os olhos lacrimejados, como se apenas contemplasse o belíssimo canto. Novamente, páginas de teor mais conservador nas redes sociais se apropriaram da imagem para afirmar que a razão das lágrimas era o *fardo* que o papa carregava, devido à difícil missão de ser o pastor da Igreja universal – quando muito, na verdade, pareceu apenas uma emoção com o canto. Apesar desses acontecimentos, ainda é cedo para dizer como Prevost encaminhará a Igreja, porque estamos há apenas alguns meses de sua eleição e, talvez, seja prudente observar por um tempo os processos, ainda mais se tratando de alguém que, certamente, terá um pontificado relativamente longo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Se, como escreveu Cícero, *historia magistra est* – a história é mestra da vida – olhá-la e percebê-la como um horizonte para iluminar a Teologia é uma atitude, de certa forma, até justa com a caminhada da Igreja que, enquanto povo de Deus, igualmente caminha na história. Nesse sentido, não é necessário muito esforço para perceber que, de fato, a monarquia que se construiu em torno do papado é fruto de um longo processo histórico, inclusive de confusões e divisões

internas que, naturalmente, provocaram dificuldades na relação entre a Igreja e a sociedade. Logo, uma reforma do papado depende, necessariamente, de um se voltar à história, antiga e recente, para se constatar diversos elementos que até podem se encaixar, mas que também possuem muitas incongruências. O que se quer dizer, é que o simples fato de Leão XIV, em sua primeira aparição, apresentar-se já com a mozeta e a estola, por exemplo, fez com que muitos saltassem de alegria, porque não conseguem pensar, sequer, um papa que se apresente ao mundo de forma diferente. A grande questão que vem, nesse sentido, é: se um papa que passou os 12 anos de pontificado sem utilizá-la já foi acusado de não zelar para tradição, como se poderá reformar o papado? E aqui tomou-se como exemplo uma questão bem pontual, de aparência, não propriamente do *modus operandi* do ministério petrino, que no fundo é o desafio que permanece.

Na prática, ainda é preciso encontrar uma forma de o bispo de Roma ser Papa respeitando a autonomia das igrejas locais e os organismos colegiados de cada nação ou continente, como as conferências episcopais. Isso pensando, claro, nas relações *ad intra*; *ad extra*, é preciso ainda reformulá-lo e *enquadrá-lo* em uma forma que seja minimamente aceita também pelas outras igrejas e comunidades eclesiais – um desafio e tanto, e que se pode ser concretizado pensando juntos. Talvez, nesse caso, a melhor via seja a da sinodalidade, porque uma reflexão feita de forma unilateral pode não contemplar os diferentes aspectos que estão ao redor da complexa missão do papa. A questão é que também a dinâmica sinodal tem encontrado alguma resistência para se implantar. Em grande parte, fica-se apenas no discurso, mas na prática nada muda, porque são muitas as instâncias que precisam de reforma para que efetivamente ela se realize, a começar pela própria questão da formação dos presbíteros, ainda imbuídos de um espírito clericalista e que, lamentavelmente, não mais encontram no padre da comunidade a referência para o futuro ministério. O *bom presbítero* é aquele que consegue mais engajamento nas redes sociais, ainda que, em termos de conteúdo, pouco ou nada apresentem à maturidade de fé.

Celebrar os 30 anos da encíclica *Ut unum sint*, portanto, mais do que fazer memória do documento enquanto tal, significa tornar atual o pedido de João Paulo II para que o papado mude. Quem sabe, vindo de cima, as mudanças não possam efetivamente se realizar. A necessidade de reforma atinge tanto as estruturas quanto as mentalidades, caso contrário, qualquer mudança será ineficaz, porque sozinhas as estruturadas nada fazem, sem pessoas que, convencidas da necessidade da renovação, encaminhem-se ao encontro delas. De outro lado, também personagens com o desejo da mudança são insuficientes, se não encontram locais por onde possam realmente trabalhar. Então, em parte, agora é com a Igreja. 2025 foi um ano marcado pelas celebrações jubilares que tiveram como enfoque o tema da *esperança*. Nesse sentido, resta esperar de forma ativa, acreditando, com certeza, que uma Igreja diferente é possível. ✨

REFERÊNCIAS

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição dogmática *Lumen gentium*: sobre a Igreja. Santa Sé, 21 nov. 1964. Disponível em:

Os 30 anos da carta encíclica *Ut unum sint* e o apelo à necessária reforma no papado

https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19641121_lumen-gentium_po.html. Acesso em: 19 set. 2025.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Constituição pastoral *Gaudium et spes*: sobre a Igreja no mundo atual. **Santa Sé**, 7 dez. 1965. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html. Acesso em: 19 set. 2025.

CONCÍLIO ECUMÊNICO VATICANO II. Decreto *Unitatis redintegratio*: sobre o ecumenismo. **Santa Sé**, 21 nov. 1964. Disponível em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_decree_19641121_unitatis-redintegratio_po.html. Acesso em: 15 set. 2025.

CONGREGAÇÃO PARA A DOCTRINA DA FÉ. O primado do sucessor de Pedro no mistério da Igreja. **Santa Sé**, 21 nov. 1998. Disponível em: https://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_19981031_primato-successore-pietro_po.html. Acesso em: 23 set. 2025.

MCBRIEN, Richard Peter. **Os papas**. Os pontífices de São Pedro a São João Paulo II. 3.ed. São Paulo: Loyola, 2013.

BENTO XVI. Declaratio. **Santa Sé**, 10 fev. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/speeches/2013/february/documents/hf_ben-xvi_spe_20130211_declaratio.html. Acesso em: 23 set. 2025.

FRANCISCO. **Exortação apostólica *Evangelii gaudium***: sobre o anúncio do Evangelho no mundo atual. Brasília: Edições CNBB, 2013.

FRANCISCO. Primeira saudação do papa Francisco. **Santa Sé**, 13 mar. 2013. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2013/march/documents/papa-francesco_20130313_benedizione-urbi-et-orbi.html. Acesso em: 23 set. 2025.

JOÃO PAULO II. Carta encíclica *Redemptor hominis*. **Santa Sé**, 4 mar. 1979. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_04031979_redemptor-hominis.html. Acesso em: 23 set. 2025.

JOÃO PAULO II. **Carta encíclica *Ut unum sint***: sobre o empenho ecumênico. 3. ed. São Paulo: Paulinas, 2004.

JOÃO PAULO II. Homília de João Paulo II no início do seu pontificado. **Santa Sé**, 22 out. 1978. Disponível em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/homilies/1978/documents/hf_jp-ii_hom_19781022_inizio-pontificato.html. Acesso em: 23 set. 2025.

PIO XI. Carta encíclica *Mortalium ânimos*: sobre a promoção da verdadeira unidade de religião. **Santa Sé**, 6 jan. 1928. Disponível em: https://www.vatican.va/content/pius-xi/pt/encyclicals/documents/hf_p-xi_enc_19280106_mortalium-animos.html. Acesso em: 15 set. 2025.

PASSOS, João Décio. Uma reforma na Igreja: rumos e projetos. In: PASSOS, João Décio; SOARES, Afonso Maria Ligorio (Orgs.). **Francisco**: renasce a esperança. São Paulo: Paulinas, 2013.p. 85-101.

VATICAN NEWS. Afinal, o papa rezou ou não na mesquita? **YouTube**, 9 dez. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/shorts/LZMEfj34voA>. Acesso em: 10 dez. 2025.

Recebido em: 24/09/2025.

Aceito em: 09/12/2025.